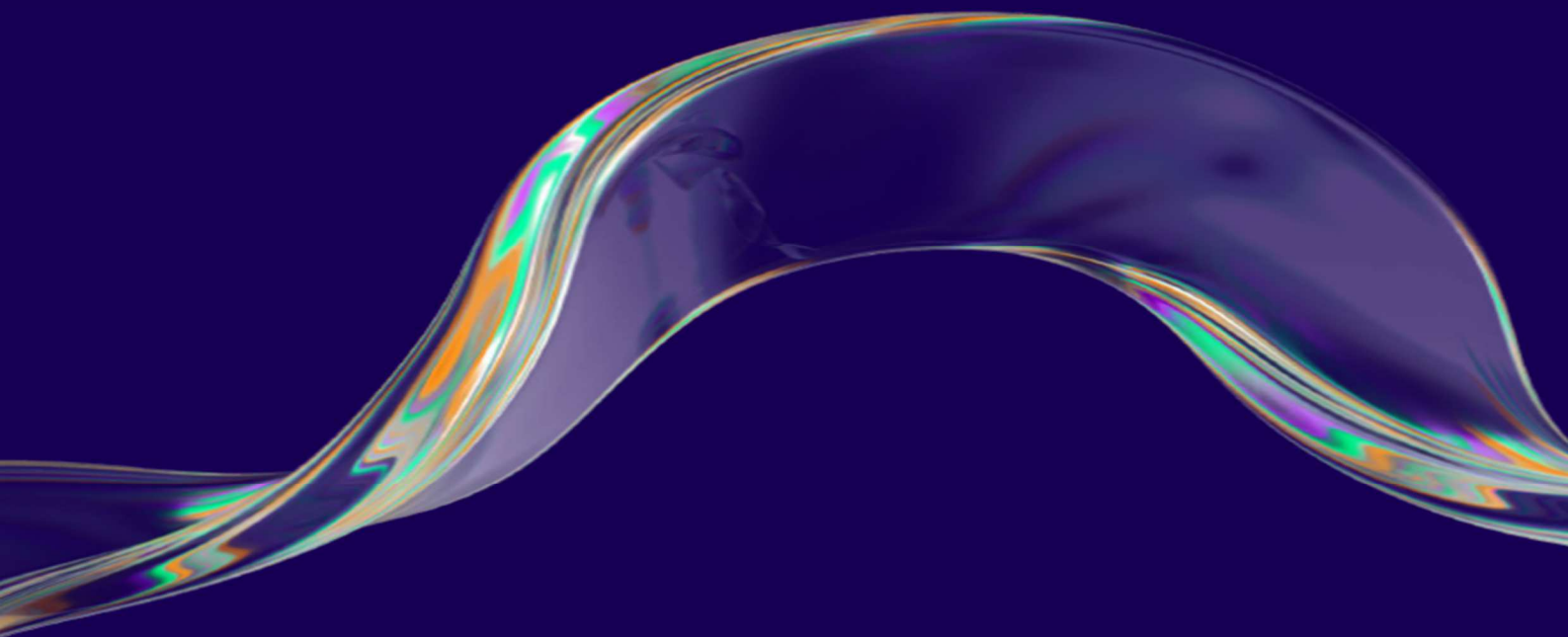


**Ventos de Santo Apolinário
Energias Renováveis S.A.**



**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
e relatório dos auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 5 e 17 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International*



Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.

Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir




Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstração do resultado.....	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutaões do patrimnio líquido	7

Notas explicativas da Administraão às demonstraões financeiras

1	Consideraões gerais.....	8
2	Apresentaão das demonstraões financeiras e resumo das prticas contábeis	9
3	Novas normas, alteraões e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	11
5	Receita	11
6	Custos e despesas.....	12
7	Resultado financeiro líquido.....	12
8	Caixa e equivalentes de caixa	13
9	Aplicaões financeiras	13
10	Fundo de liquidez – conta reserva	13
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	14
12	Contas a receber de clientes	14
13	Imobilizado	15
14	Financiamentos	18
15	Provisão para litígios	19
16	Obrigaões com desmobilizaão de ativos.....	20
17	Partes relacionadas	21
18	Patrimnio líquido.....	22
19	Imposto de renda e contribuiao social	22
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco	23

Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	27.599	26.088
Custo com energia elétrica	6	(4.103)	(4.025)
Custo com operação	6	(11.872)	(11.648)
Lucro bruto		11.624	10.415
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	6	(3.131)	(3.460)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		-	(9)
		(3.131)	(3.469)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.493	6.946
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		2.620	1.603
Despesas financeiras		(14.084)	(14.484)
		(11.464)	(12.881)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.971)	(5.935)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	19	(1.754)	(1.360)
Prejuízo do exercício		(4.725)	(7.295)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(4.725)	(7.295)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(4.725)	(7.295)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.971)	(5.935)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		13.566	13.967
Depreciação e amortização	6	9.036	9.037
Apropriação de custos de captações	7	146	146
Rendimentos sobre fundo de reserva		(581)	(421)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	239	240
Realização de ajuste a valor presente dos arrendamentos		-	1
		19.435	17.035
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(337)	2
Tributos a recuperar		(9)	64
Demais créditos e outros ativos		100	13
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		878	123
Tributos a recolher		10	(297)
Partes relacionadas		1.384	1.695
Demais obrigações e outros passivos		(38)	(133)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		21.423	18.502
Juros pagos sobre financiamentos	14 (c)	(6.770)	(6.793)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.227)	(1.073)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		13.426	10.636
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(1.005)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		477	133
Aquisição de imobilizado		(148)	(15)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(676)	118
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	14 (c)	(7.685)	(7.314)
Liquidação de arrendamentos		(5)	(7)
Aumento (redução) de capital	1.1.1 (a)	(13.500)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(21.190)	(7.321)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(8.440)	3.433
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		13.640	10.207
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.200	13.640

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.200	13.640
Aplicações financeiras	9	1.029	-
Contas a receber de clientes	12	2.714	2.377
Tributos a recuperar		28	19
Outros ativos		218	318
		<u>9.189</u>	<u>16.354</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	4.529	4.425
		<u>4.529</u>	<u>4.425</u>
Imobilizado			
Intangível	13	160.106	169.406
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		32	45
		-	4
		<u>160.138</u>	<u>169.455</u>
Total do ativo		<u>173.856</u>	<u>190.234</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	14	7.965	7.597
Fornecedores		2.156	1.170
Arrendamentos		-	4
Tributos a recolher		885	348
Partes relacionadas	17	3.080	1.696
Outros passivos		451	490
		<u>14.537</u>	<u>11.305</u>
Não circulante			
Financiamentos	14	140.000	141.087
Tributos a recolher		302	302
Partes relacionadas	17	726	726
Obrigações com desmobilização de ativos	16	2.314	2.612
		<u>143.342</u>	<u>144.727</u>
Total do passivo		<u>157.879</u>	<u>156.032</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18	20.702	48.723
Prejuízos acumulados		(4.725)	(14.521)
Total do patrimônio líquido		<u>15.977</u>	<u>34.202</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>173.856</u>	<u>190.234</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2024		48.723	(7.226)	41.497
Prejuízo do exercício		-	(7.295)	(7.295)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(7.295)	(7.295)
Em 31 de dezembro de 2024		48.723	(14.521)	34.202
Prejuízo do exercício		-	(4.725)	(4.725)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(4.725)	(4.725)
Demais mutações patrimoniais do exercício				
Redução de capital	1.1.1 (a)	(13.500)	-	(13.500)
Absorção de prejuízos acumulados	1.1.1 (a)	(14.521)	14.521	-
Contribuições aos acionistas		(28.021)	14.521	(13.500)
Em 31 de dezembro de 2025		20.702	(4.725)	15.977

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Apolinário Energia Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada com sede na cidade de Curral Novo, estado de Piauí, que foi constituída em 10 de agosto de 2015.

A companhia tem como objetivo (i) a exploração, em nome próprio ou por meio de participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica; (ii) a produção e a comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tanto; e (iv) a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria de projetos de energia elétrica.

A Companhia é controlada direta da Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A ("Ventos de Santo Isidoro") e da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de autorização de 35 anos contados a partir de novembro de 2020, conforme resolução autorizativa ANEEL nº 9.428. A companhia possui capacidade instalada de 33,6 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Piauí III.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Redução de capital

Em 29 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, após a absorção dos prejuízos acumulados até dezembro 2024 no valor total de R\$ 14.521, a redução de capital social, no montante de R\$ 13.500, passando o capital social de R\$ 48.723 (dividido em 4.920.160.000 ações ordinárias e preferenciais) para R\$ 20.702 (dividido em 2.727.631.355 ações ordinárias e preferenciais).

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”)), (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 19 de março de 2026.

Base de apresentação

2.2

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As

áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

2.4 Operação em conjunto (*joint operation*) incluída nas demonstrações financeiras

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras de forma proporcional à participação da Companhia na controlada em conjunto.

A Companhia possui participação de 17,39% na empresa Consórcio Ventos do Piauí III (“Consórcio”), havendo controle em conjunto com as consorciadas: i) Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.; ii) Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.; iii) Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.; iv) Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.;

O Consórcio tem por objeto a construção, manutenção, operação e uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/ elevadora, a linha de transmissão, entre outros, para uso de todas as Consorciadas.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificaram impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos exercícios anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para exercícios anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Imobilizado
15	Provisão para litígios
16	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Partes relacionadas: representados por contas a receber entre partes relacionadas comercializados em ambiente de contratação livre.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	17	27.231	26.874
Energia de curto prazo – CCEE		1.562	377
		<u>28.793</u>	<u>27.251</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.052)	(995)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(142)	(168)
		<u>(1.194)</u>	<u>(1.163)</u>
Receita líquida		<u>27.599</u>	<u>26.088</u>

6 Custos e despesas

	2025			2024	
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(1.508)	-	-	(1.508)	(1.530)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.595)	-	-	(2.595)	(2.495)
Depreciação e amortização	-	(8.530)	(506)	(9.036)	(9.037)
Pessoal	-	(28)	(1.610)	(1.638)	(1.536)
Pessoal	-	(28)	(1.610)	(1.638)	(1.536)
Materiais	-	(1)	(3)	(4)	(30)
Materiais	-	(1)	(3)	(4)	(30)
Serviços	-	(2.759)	(607)	(3.366)	(3.438)
Serviços de operação e manutenção	-	(2.191)	-	(2.191)	(2.169)
Serviços de terceiros	-	(230)	(579)	(809)	(814)
Serviços de manutenção e conservação	-	(338)	(28)	(366)	(455)
Outros	-	(554)	(405)	(959)	(1.076)
Aluguéis e arrendamentos	-	(454)	(19)	(473)	(478)
Seguros	-	-	(368)	(368)	(532)
Impostos, taxas e contribuições	-	(57)	(11)	(68)	(26)
Outros custos e despesas líquidas	-	(43)	(7)	(50)	(40)
	<u>(4.103)</u>	<u>(11.872)</u>	<u>(3.131)</u>	<u>(19.106)</u>	<u>(19.142)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		2.620	1.603
		<u>2.620</u>	<u>1.603</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	14 (c)	(6.782)	(6.807)
Atualização monetária sobre financiamentos	14 (c)	(6.808)	(7.160)
Apropriação dos custos de captações	14 (c)	(146)	(146)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	16	(239)	(240)
Outras despesas financeiras		(109)	(131)
		<u>(14.084)</u>	<u>(14.484)</u>
		<u>(11.464)</u>	<u>(12.881)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração entre 99,17% e 104,26% do CDI (99,46% e 101,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Caixa		
Caixa e bancos	132	123
	132	123
Equivalentes de caixa		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	388	607
Quotas de fundos de investimentos (i)	4.680	12.910
	5.068	13.517
Caixa e equivalentes de caixa	5.200	13.640

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Odessa. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração entre 99,17% e 104,26%

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	10	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	1.019	-
	1.029	-

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores em fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 94,16% e 101,66% do CDI (99,46% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva		
Não circulante	4.529	4.425
	<u>4.529</u>	<u>4.425</u>

Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	2025	Rating local 2024
AAA	10.744	18.065
Sem rating	14	-
	<u>10.758</u>	<u>18.065</u>

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

12 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 17)	2.594	2.321
Energia de curto prazo - CCEE	120	56
	<u>2.714</u>	<u>2.377</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	2.714	2.377
	2.714	2.377

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

13 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no exercício em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 16 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício									
Custo	163.381	23.455	736	2.103	78	2	824	190.579	193.022
Depreciação acumulada	(18.662)	(2.294)	(64)	(142)	(11)	-	-	(21.173)	(12.153)
Saldo líquido no início do exercício	144.719	21.161	672	1.961	67	2	824	169.406	180.869
Adições	-	-	-	-	-	-	256	256	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.444)
Depreciação	(7.983)	(947)	(25)	(56)	(8)	-	-	(9.019)	(9.019)
Remensurações (i)	-	-	-	(537)	-	-	-	(537)	-
Transferências	-	144	-	-	48	-	(192)	-	-
Saldo no final do exercício	136.736	20.358	647	1.368	107	2	888	160.106	169.406
Custo	163.381	23.599	736	1.566	126	2	888	190.298	190.578
Depreciação acumulada	(26.645)	(3.241)	(89)	(198)	(19)	-	-	(30.192)	(21.172)
Saldo líquido no final do exercício	136.736	20.358	647	1.368	107	2	888	160.106	169.406
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	5,0	3,0	3,0	6,0	14,0			

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do saldo provisionado no passivo de R\$ 536 (Nota 16), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.

14 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

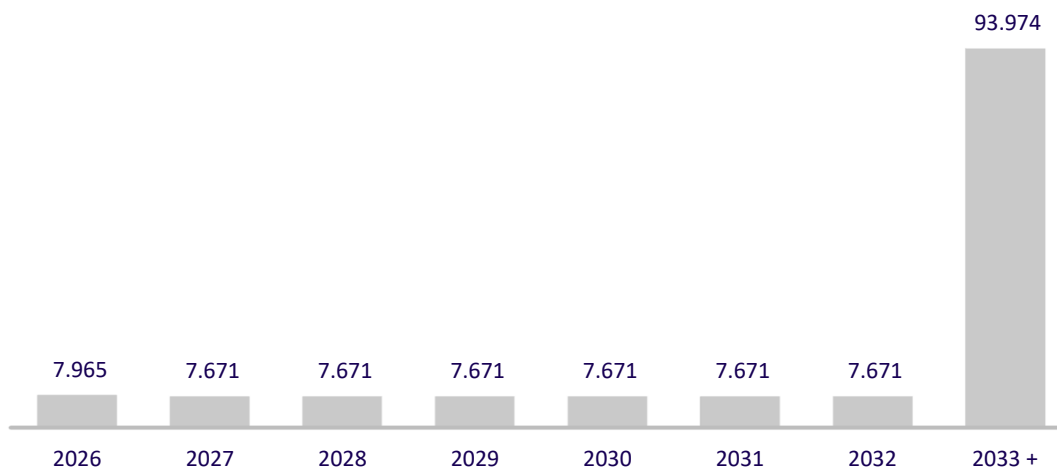
2025										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	IPCA+4,56%	7.817	(146)	294	7.965	142.669	(2.669)	140.000	147.965	122.294
		7.817	(146)	294	7.965	142.669	(2.669)	140.000	147.965	122.294

2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDES	IPCA+4,56%	7.475	(146)	268	7.597	143.902	(2.815)	141.087	148.684	79.298
		7.475	(146)	268	7.597	143.902	(2.815)	141.087	148.684	79.298

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Nota	2025	2024
Saldo no início do exercício		148.684	148.678
Provisões de juros	7	6.782	6.807
Atualização monetária	7	6.808	7.160
Apropriações dos custos de captações	7	146	146
Juros pagos		(6.770)	(6.793)
Liquidações		(7.685)	(7.314)
Saldo no final do exercício		147.965	148.684

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDÉS	Garantia prestada pela Auren Energia S.A. Contas reservas; Penhor de ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

15 Provisão para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza tributárias e cíveis com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 636 e R\$ 468, respectivamente (R\$ 957 apenas processo de natureza tributárias em 31 de dezembro de 2024).

16 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	51.210	(48.598)	2.612	2.372
Remensuração (i)	(38.589)	38.052	(537)	-
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	239	239	240
Saldo no final do exercício	12.621	(10.307)	2.314	2.612
Não circulante	12.621	(10.307)	2.314	2.612
	12.621	(10.307)	2.314	2.612

(i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas utilizadas para a provisão de desmobilização dos ativos dos parques eólicos. A partir dessa atualização, os custos estimados deixaram de ter os fluxos inflacionados e passaram a ser reajustados mensalmente pelo IPCA. Essa mudança torna as projeções econômicas mais aderentes à realidade e reduz as incertezas associadas a estimativas de longo prazo. O saldo do passivo passou a ser mensurado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem inclusão de prêmio de risco. Como consequência dessa revisão, houve uma redução no Ajuste a Valor Presente (AVP) anteriormente registrado, com impacto correspondente no ativo imobilizado (nota 13).

17 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 5)		Compras e serviços	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12)								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	292	-	-	(292)	292	-	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	471	-	-	-	2.051	2.238	-	-
CBA Itapissuma Ltda.	-	1.768	-	-	25.378	22.315	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio S.A.	2.123	261	-	-	94	2.029	-	-
	2.594	2.321	-	-	27.231	26.874	-	-
Fornecedores - Compras e serviços								
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	-	-	17	36	-	-	(231)	(217)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(168)
	-	-	17	36	-	-	(231)	(385)
Conta corrente								
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A	-	-	726	726	-	-	-	-
	-	-	726	726	-	-	-	-
Repasse de custos partes relacionadas (i)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	379	205	-	-	(235)	(205)
Auren Energia S.A.	-	-	2.260	1.212	-	-	(1.354)	(1.212)
CESP Companhia Energética de São Paulo S.A.	-	-	441	279	-	-	(229)	(279)
	-	-	3.080	1.696	-	-	(1.818)	(1.696)
	2.594	2.321	3.823	2.458	27.231	26.874	(2.049)	(2.081)

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços com tecnologia.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 20.703 (R\$ 48.723 em 31 de dezembro de 2024), composto por 2.727.631.355 (4.920.160.000 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, compostos pelos seguintes acionistas:

	Capital social integralizado	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Ventos de Santo Isidoro Energias Renováveis S.A.	17.101	2.460.080.000	-	2.460.080.000	90,19%
Auren Energia S.A.	3.601	-	267.551.355	267.551.355	9,81%
	20.702	2.460.080.000	267.551.355	2.727.631.355	100%

19 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia e, para as receitas financeiras, nenhuma alíquota de presunção é aplicada, sendo considerada, portanto, a totalidade das mesmas conforme legislação vigente.

(a) Reconciliação

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	28.792	28.792	2.620	2.620
Total Receita Tributável	28.792	28.792	2.620	2.620
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	2.303	3.455	2.620	2.620
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	552	311	655	236

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Bruta Tributável	27.249	27.249	1.603	1.603
Total Receita Tributável	27.249	27.249	1.603	1.603
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	2.180	3.270	1.603	1.603
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	522	293	401	144

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nível	2025	2024
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 12)		2.714	2.377
		<u>2.714</u>	<u>2.377</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	1	5.068	13.517
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	1.029	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 10)	1	4.529	4.425
		<u>10.626</u>	<u>17.942</u>
		<u>13.340</u>	<u>20.319</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 14)		147.965	148.684
Fornecedores		2.156	1.170
Partes relacionadas (Nota 17)		3.806	2.422
		<u>153.927</u>	<u>152.276</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 14 (a).

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	14.290	29.224	29.203	178.480	251.197
Fornecedores	2.156	-	-	-	2.156
Partes relacionadas	3.080	-	-	-	3.080
	19.526	29.224	29.203	178.480	256.433
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	13.912	26.754	25.456	150.613	216.735
Fornecedores	1.170	-	-	-	1.170
Partes relacionadas	1.696	726	-	-	2.422
	16.778	27.480	25.456	150.613	220.327

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não

atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) Constrained-off de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	10.626	-72,92 bps*	(77)	(396)	(792)	396	792
TJLP 9,07%	Financiamentos (i)	150.780	11 bps*	(166)	3.419	6.838	(3.419)	(6.838)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* *basis points*